



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
VANESSA DUARTE BASTOS

**CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
SÃO JOSÉ**

Florianópolis

2017

VANESSA DUARTE BASTOS

**CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
SÃO JOSÉ**

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Luciano Dutra

Florianópolis

2017

RESUMO

O presente trabalho propõe desenvolver, a partir de diretrizes, o partido arquitetônico de um Centro Acolhimento para a população em situação de rua de São José, abrigo, em busca da ressocialização e a inclusão social dos mesmos. Para alcançar os objetivos pretendidos, o trabalho contextualiza e fundamenta o tema através de pesquisas teóricas que demonstrarão que essa população vem aumentando a cada ano mais,

verificou-se também a falta de estrutura necessária para essas pessoas.

Palavras-chave: Abrigo, Centro de Acolhimento, população em situação de rua, Ressocialização

ABSTRACT

The present work proposes to develop, from guidelines, the architectural party of a Reception Center for the population in the street situation of San José, shelter, in search of resocialization and the social inclusion of them. In order to achieve the intended objectives, the work contextualizes and bases the theme

through theoretical researches that will demonstrate that this population is increasing each year more, also verified the lack of necessary structure for these people.

Key words: Shelter, Reception center, street population, Resuscitation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Residencial Multifamiliar em Contêiner	12
Figura 2 - Mapa de Localização	13
Figura 3 - Morador de Rua	16
Figura 4 – Morador de rua e seu cão	25
Figura 5 – Diagrama informações de maior relevância para o projeto.	26
Figura 6 – Peças do Contêiner	33

Figura 7 - Fachada NURREVI	40
Figura 8 - Perspectiva da fachada CAPSLO	44
Figura 9 – Fachada	45
Figura 10 - Planta Baixa pavimento superior Casplo	46
Figura 11 – Fachada Shelter Home 1	47
Figura 12 - Planta baixa térreo serviço itinerante	48
Figura 13 – Planta baixa térreo serviço itinerante	48
Figura 14 – Fachada Shelter Home 2	49
Figura 15 – Mapa uso do solo	50
Figura 16 – Mapa sistema viária	52
Figura 17 - Estudo de Insolação	55
Figura 18 – Esquema do aspecto climático	56
Figura 19 – Zoneamento da área	57
Figura 20 - Gabarito Atual e Previsto pelo Plano Diretor 1985	58
Figura 21 – Esquema de afastamento	59
Figura 22 – Vista 1	60
Figura 23 - Vista 2	60
Figura 24 - Implantação Esquemática	63
Figura 25 - Cortes Esquemáticos	64
Figura 26 - Planta baixa	73

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Motivos que levam as ruas	23
Tabela 2 - Pré-dimensionamento	31
Tabela 3 - Tabela contêiner HIGH CUBE 40'	34
Tabela 4 - Programa de Necessidade Capslo	45
Tabela 5 – Quantidade de vagas	59

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
1.1. Justificativa	11
1.2 Localização	13
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos Específicos	14
1.4 Procedimento Metodológico	14
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 Contextualização da população em situação de rua de São José	15
2.2 Rede de serviços à pessoa em situação de rua de São José	16
2.2.1 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTROPOP)	

2.2.2 Serviço Especializado de Abordagem Social	18
2.2.3 Centro de Atendimento Psicossocial e Álcool e/ou Drogas	18
2.3 A população em situação de rua no Brasil	19
2.4 Perfis da população em situação de rua	20
2.5 Arquitetura da Moradia	27
2.6 O contêiner na Arquitetura	31
2.6.1 Estrutura	32
2.6.2 Condições térmicas e sustentáveis do Contêiner	36
3. ESTUDO DE CASO	38
3.1 Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI	38
4. NORMATIVO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	40
4.1 Políticas nacionais de assistência social (PNAS)	42
4.2 Serviços de Média e Alta Complexidade	42
4.2.1 Proteção Social	43
4.2.2 Proteção Social Especial	43
5. REFERENCIAIS PROJETUAIS	44

5.1 CAPSLO Homeless center – São Luis Obispo	44
5.2 Shelter Home – Javier Larraz	47
6.DIAGNÓSTICO	49
6.1 Usos do solo	50
6.3 Mobilidades Urbanas e Sistema viário	51
6.3.1 Transporte Público	52
6.5 Aspectos Bioclimáticos	53
6.6 Condicionantes Legais	56
7. PROPOSTA	60
8.PARTIDO GERAL	60
8.1 DIRETRIZES PROJETUAIS	61
8.2 IMPLANTAÇÃO	63
8.3 PROGRAMA DE NECESSIDADE	65
8.4 PÁTIO INTERNO	71
8.5 ASSISTÊNCIA	71
8.6 REFEITÓRIO	71

8.7 PAVILHÃO MULTIUSO	71
8.8PROFISSIONALIZAÇÃO/EDUCACIONAL	71
8.9 DORMITÓRIO MORADORES DE RUA/ USUÁRIOS DE DROGAS	72
REFERÊNCIAS	76

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta embasamento teórico e referencial projetual para o desenvolvimento da implantação de um abrigo para moradores de rua em São José, Santa Catarina.

Analisando a situação de São José é notória a falta de estrutura para a população em situação de rua. Torna-se fácil perceber que este grupo aumenta cada dia mais. Os moradores de rua vivem em condições precárias e sub-humanas. Muitos deles marcados por situação de violência, preconceito e falta de oportunidade que os motivem a sair da situação em que se encontram atualmente.

Uma das características desses moradores, é que a maioria são

acompanhados por cães. E muitas vezes deixam de ir para os abrigos, pois os mesmos não têm espaços destinados para os cachorros.

Pode-se afirmar que apropriação desses grupos de pessoas em espaços públicos, acabam tornando os locais de insegurança e de violências urbanas.

Diante disso, se fez necessário à proposta de um centro de apoio juntamente com um abrigo para a população em situação de rua. Com intuito que os mesmos sejam capazes de buscar sua “ressocialização”, promovendo assim a sua inclusão social e restabelecendo sua dignidade. Para isso, serão feitas uma análise dos moradores de rua da região de São José, para que assim

possa alcançar os objetivos necessários.

Com base nos levantamentos, será possível elaborar um programa de necessidades adequado para um Centro de apoio à população de rua. Esse estudo possibilitará determinar quais espaços para atividades o Centro poderá oferecer, visando uma reabilitação e requalificação dessa parcela da sociedade, objetivando uma reinserção dos mesmos na sociedade e no mercado de trabalho. Este centro incluirá espaços para alimentação, dormitórios, atendimento de assistências (psicólogo e terapêutico) e atendimento básico hospitalar.

1.1. Justificativa

Um dos grandes problemas enfrentados não só em São José, SC, onde será desenvolvido o projeto, mas também

em grande parte do Brasil, é a falta de abrigos para os moradores de rua, que aumentam a cada dia. Isso foi confirmado em entrevista com assistente social do bairro e a partir da observação cotidiana.

Os abrigos existentes atualmente já não dão conta de tantas pessoas, as assistências disponíveis hoje (psicólogo, assistência social, unidades terapêuticas), não estão conseguindo atender a todos, assim também como não apresentam uma estrutura adequada para abrigo.

Por conta disso, surgiu a necessidade de um *abrigo diferenciado*, visando a mudança de vida para esses moradores, um centro de assistência que possa auxiliar de forma a fazer a “ressocialização” dessas pessoas com já citado na introdução. E não apenas um abrigo que os mesmos apenas vão dormir,

comer e voltam para as ruas. A ideia é que nesse local, eles possam estudar, trabalhar, conviver em comunidade e se preparar para se tornarem autossuficientes.

A escolha para o uso da arquitetura em contêiner busca maior sustentabilidade ambiental, facilita futuras alterações e ampliações da proposta.

Figura 1 – Residencial Multifamiliar em Contêiner

Fonte: Conteporist, 2010.



1.2 Localização

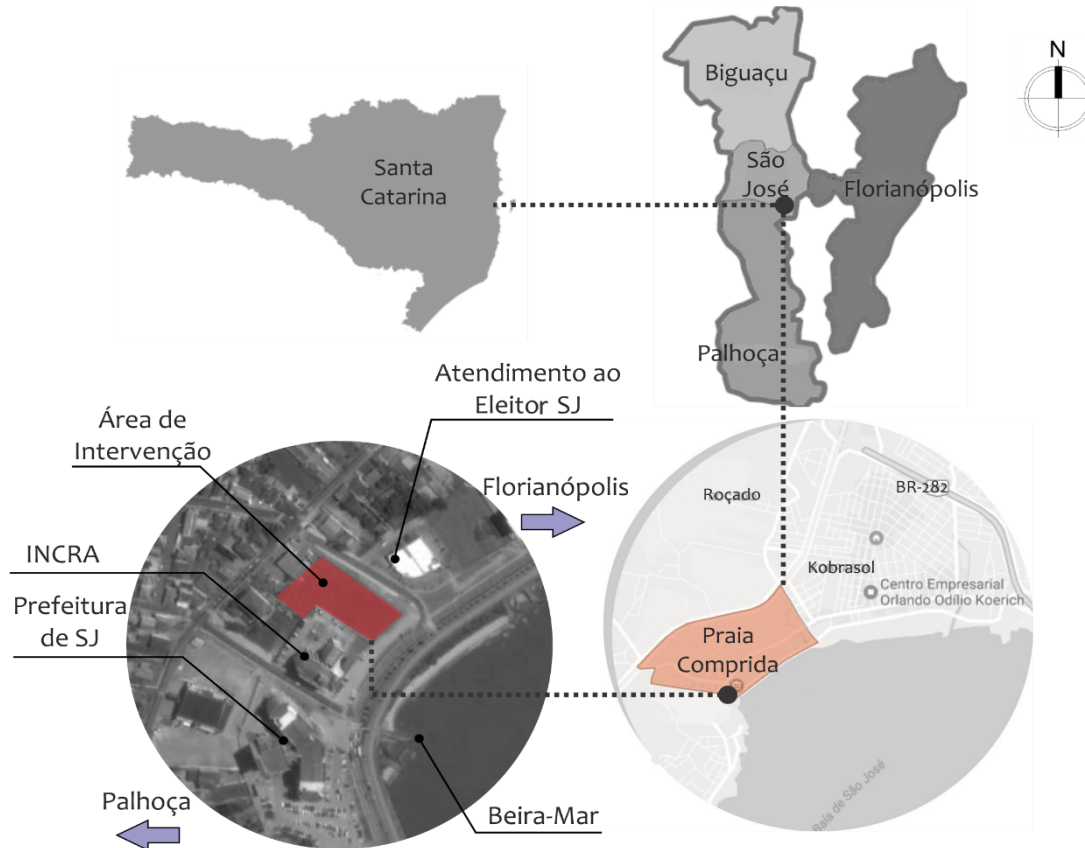


Figura 2 - Mapa de Localização

O terreno localiza-se entre as Ruas Luiz Fagundes e a Avenida Acioni Souza Filho, no bairro Praia Comprida em São José. Encontra-se em uma localização privilegiada, próximo a instituições públicas de ampla e vidência como, Prefeitura de São José, INCRA, Centro de Atendimento Eleitoral e o Fórum Trabalhista.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho, é desenvolver uma *Casa de Apoio* para pessoas em situação de rua visando a ressocialização dos mesmos, utilizando contêiner para a concepção arquitetônica.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

1. Verificar a realidade dos moradores de rua da região;
2. Analisar a área de estudos e levantar dados da mesma;
3. Buscar referencial teórico sobre abrigo de moradores de rua e sobre contêiner;
4. Fazer estudos de caso em edificações em contêiner para o entendimento desse tipo de construção;
5. Elaborar as diretrizes projetuais a partir das análises acima;
6. Desenvolver o partido geral do projeto;
7. Elaborar anteprojeto.

1.4 Procedimento Metodológico

Para alcançar os objetivos as metodologias usadas serão: possíveis entrevistas com moradores de rua, com assistentes sociais e com setores da prefeitura responsáveis por eles, conforme necessário.

Será feita a análise da área, através de mapas, análise fotográfica e visitas *in loco*. Em seguida buscar por referenciais teóricos, em livros, internet, estudos de caso e outros meios que possam trazer informações suficiente, para se realizar um projeto que supra a demanda.

Por fim, unir todas as informações obtidas e desenvolver o partido geral, posteriormente o anteprojeto do abrigo para moradores de rua, com objetivo de

sua melhoria de vida.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A população em situação de rua é um fenômeno global, presentes em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim também como nos de maiores estabilidades econômicas. Contudo, pode-se afirmar que o número de pessoas em situação de rua é ainda maior, quando em países mais pobres, uma vez que a desigualdade social é maior.

O número dessa população só cresce em todo mundo. Não existi dados reais sobre o número global. Porém, com base em estudos fragmentários de várias cidades, que incluem esta população em suas pesquisas percebe-se que esta é a tendência. (ROCHLITZ, 2012, p. 49) chama

atenção para o fato que, nas metrópoles mundiais, estima-se que 1% da população viva em situação de rua.

2.1 Contextualização da população em situação de rua de São José

Para o melhor desenvolvimento deste trabalho, torna-se necessário tratar de algumas informações referente à população em situação de rua. Está inserida em um contexto social, cercados por conflitos, desigualdade social entre outras questões relacionadas à organização do sistema capitalista. Pois com as mudanças no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva ocorridas na contemporaneidade, agravam-se questões como o desemprego, a precarização do trabalho. Faz com que os níveis de

pobreza se agravem na sociedade. Diante disso, aumenta as desigualdades sociais e então crescem a o número da população em situação de rua.

Um dos elementos consideráveis para o desenvolvimento das pessoas em situação de rua, está fortemente interligado com a questão do trabalho. O trabalho passou a ter uma enorme relevância para o homem, tanto para suprir as necessidades como no convívio social. Apesar de que nos dias de hoje, o mesmo tenha perdido um pouco essa centralidade. Mas ainda sim continua tendo como grande importância para a população em situação de rua. Pois o mesmo está relacionado a ideia de desenvolvimento, acesso, possibilidade de consumo, felicidade e entre outras.

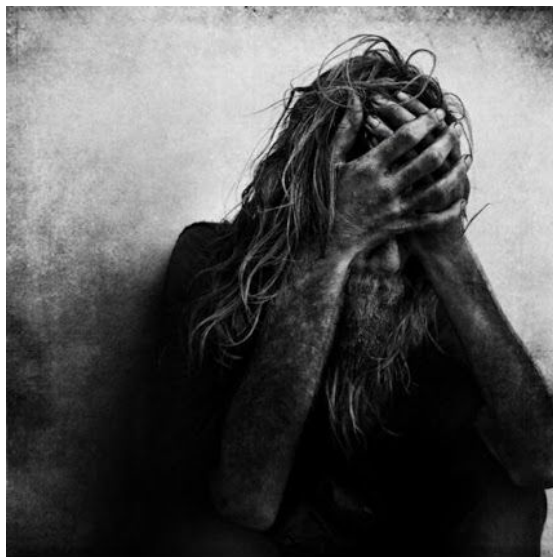


Figura 3 - Morador de Rua

Fonte: Série Fotográfica moradores de rua, 2017

2.2 Rede de serviços à pessoa em situação de rua de São José

O Município de São José dispõe de serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, visando o

atendimento à População em Situação de Rua. Alguns destes são: o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), Casa de Apoio Social à População em Situação de Rua, o Serviço de Abordagem Social de Rua e o Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAP'S-AD). Esta rede corresponde a operacionalização da agenda prevista pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pela Secretaria de Assistência Social de São José. (SILVEIRA, 2014 p. 29)

2.2.1 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTROPOP)

O CENTROPOP de São José, previsto pelo Decreto nº 7.053 de 2009,

iniciou suas atividades em 07/07/2011, localizado na Rua Constâncio Krummel, 952, Praia Comprida. Serviço oferecido pela Secretaria da Assistência Social e presta as seguintes atividades: O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Serviço Especializado em Abordagem social. Esses serviços têm por objetivo o auxílio para o processo de saída das ruas, a promoção de ações para a reinserção familiar e comunitária e o acompanhamento do usuário conforme as demandas apresentadas. Para isso, conta com uma equipe profissional composta por assistentes sociais, educadores sociais, estagiários do serviço social e motoristas. Além do serviço de acompanhamento e encaminhamento para comunidades terapêuticas, conveniadas com a Secretaria da Assistência Social e para a

casa de acolhimento social. O Centro pop oferece ao morador em situação de rua quatro refeições diárias e espaço para higiene pessoal, como também a confecção da 2ª via de documentos. (SILVEIRA,2014 p. 30)

2.2.2 Serviço Especializado de Abordagem Social

Em São José, o Serviço de Abordagem Social iniciou em 25/02/13, na Rua Constâncio Krummel, 2119 - Praia Comprida. De acordo com a Secretaria da Assistência Social, o projeto de Abordagem social é realizado em locais de maior concentração dessa população. Onde em São José se concentra nos bairros de Campinas, Kobrasol e Barreiros. Tem como objetivo, a construção do processo de saída das ruas e condições de

acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais, promoção de ações para a reinserção familiar e comunitária, entre outras. Os usuários são encaminhados de acordo com a demanda para a casa de acolhimento social, para as comunidades terapêuticas, e CAP'S-AD, de acordo com a vontade do usuário. (SILVEIRA, 2014 p. 30)

2.2.3 Centro de Atendimento Psicossocial e Álcool e/ou Drogas

O atendimento do CAPS-AD passou a funcionar em dezembro de 2012, e funciona no mesmo endereço do CAPS II, localizado na Rua Marília Borges Vaz, s/nº - bairro Areias.

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e

familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares (BRASIL, 2004).

No CAPS-AD é oferecido atendimento diário aos pacientes que fazem uso de álcool e/ou outras drogas; o atendimento pode ser individual ou em grupos, de oficinas terapêuticas e atendimento para a família. Conta com uma equipe multiprofissional composta por: Assistentes Sociais, Enfermeiros, Médicos Psiquiatras, Psicólogos, Farmacêuticos, Técnicos Administrativos,

Técnico de Enfermagem, Vigilantes e Auxiliar de Serviços Gerais. (SILVEIRA, (2014 p. 33).

2.3 A população em situação de rua no Brasil

Para essa pesquisa é importante, estabelecer a diferença entre os termos “população em situação de rua” e “moradores de ruas”. (Reis 2011 p. 33 apud D’ÁVILA OGG 2014) diz que o termo “população em situação de rua” adotado pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, é um movimento social composto por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua. Já o termo “moradores de rua”, expressa ao longo da história uma “ideia de baixa estima” e “viver de favor”, conformidade, conformação e objeto de assistencialismo. Também é caracterizado pelo

desconhecimento dos direitos a condições mais dignas e a uma vida digna. (Tarachuque 2012 p. 20 apud D’ÁVILA OGG 2014).

O Censo realizado em abril de 2008 pelo Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre as 71 cidades brasileiras, ficando de fora as capitais, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, pois já haviam realizado pesquisas semelhantes a está recentemente. Com essa pesquisa foi possível identificar 31.922 pessoas em situação de rua. Somando esse resultado às contagens das quatro capitais, que não participaram, chega-se ao total de 45.837 pessoas em situação de rua no Brasil inteiro.

2.4 Perfis da população em situação de rua

Sobre a população em situação de rua, é um tema pouco discutido no Brasil, os órgãos responsáveis pelos censos, deixam de incluir os moradores que não possuem endereço fixo em suas pesquisas, como por exemplo, o IBGE. Isso acaba gerando grandes complicações conceituais e metodológicas envolvida com a definição e mensuração deste tipo de população.

Segundo o (MDS) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2017) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a

inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para a população adulta e família em situação de rua, 2017). Segundo Silva (2009 p. 131 apud DA SILVEIRA 2014), o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares, é um dos grandes condicionantes para esse fenômeno. Estudos comprovam que a grande maioria dos moradores em situação de rua possui referência familiar. Embora a maioria tenha esse vínculo afetivo e de

solidariedade fragilizado ou interrompido. Além dos problemas econômicos outros fatores como, as desavenças afetivas, os preconceitos com relação à opção sexual, uso de álcool e outras drogas, afetam o vínculo familiar.

As causas motivadoras da existência de pessoas em situação de rua são diversas. Silva (2009 apud DA SILVEIRA 2014) aponta alguns fatores, dentre eles fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). Ou seja, este é um fenômeno que

não pode ser explicado diante de uma única perspectiva, as causas para irem às ruas são muitas. A família muitas vezes representa para o homem, sinal de proteção, segurança, afeto e apoio, mas pode representar também a divergência, insegurança, conflito.

Esse grupo da população possui em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, sem referência de moradia regular. De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (2017), as pessoas em situação de rua caracterizam-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma

temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Esta parcela da população, está fortemente ligada com o intenso processo de exclusão social, resultante da ocupação do solo urbano que está baseada nos ideais capitalistas de apropriação privada do espaço, mediante o pagamento do valor da terra. Com isso por falta de alternativa, visto que os mesmos não dispõem de renda suficiente para conseguir espaço adequado para a habitação, acabam utilizando as ruas das cidades como moradia. Além disso, não se enquadrara no modelo econômico atual, que exige cada vez mais qualificações de estudos mínimas para o trabalho. Diante

disso, a expectativa de saírem das ruas fica cada vez menor.

O deslocamento dos indivíduos em busca de emprego, em outras cidades, regiões ou mesmo países. Acontece na esperança de condições melhores de vida, mas nem sempre são alcançadas. Esse também é um dos fatores que os levam a se estabilizarem nas ruas, porém alguns indivíduos sentem vontade de restabelecer seus vínculos familiares. Mas o sentimento de vergonha, fracasso e humilhação os bloqueiam e impedem que voltem a ter os vínculos familiares e de amizade.

O perfil da população de rua será baseado no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS 2008), à Pesquisa Nacional sobre à População em

situação de Rua, realizada em 71 cidades brasileiras. Onde o público alvo da pesquisa foram pessoas com 18 anos, ou mais, vivendo em situação de rua. Com essa pesquisa consegue-se traçar um perfil para este grupo, que serviu de base para a elaboração da Política Nacional para a população em Situação de Rua.

As principais razões que levam as pessoas para a ruas são:

ALCOOLISMO / DROGAS	%	35,5
DESEMPREGO	%	29,8
PROBLEMAS COM FAMILIARES	%	29,1
PERDAS DE MORADIA	%	20,4

SEPARAÇÃO/DECEPÇÃO AMOROSA	16,1 %
-----------------------------------	-------------------------

Tabela 1 – Motivos que levam as ruas

Fonte: Reunião sobre o centro POP, 2015

Baseado na pesquisa foi possível revelar que:

- A população em situação de rua é composta em grande parte, por trabalhadores;

- 70,9% exercem algum tipo de atividade remunerada. Apenas 15, 7% pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência;

- Parte considerável da população em situação de rua é originária do município onde se encontra, ou locais próximos, não sendo decorrência de deslocamento ou migração campo/cidade;

- 51, 9% dos entrevistados possuem algum parente residente na

cidade onde se encontram, porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes.

Tempo de permanência:

- Quase metade desta população está a mais de 2 anos dormindo na rua ou em abrigo (48,4%)
- Cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos
- Grupo relativamente menor costumam em abrigos ou outras instituições (22,1%)
- 8,3% alternam

- Altos índices de discriminações sofridas ao serem impedir de entrar em locais como transportes coletivo, rede de saúde, outros públicos;

- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;

-24,8% não possuem quaisquer documentos de identificação;

- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;

-88,5% afirmam não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais;

- Entres os benefícios recebidos destacam-se:

- Aposentaria (3,2%)
- Programa Bolsa família (2,3%)
- Benefício de prestação continuada (1,3%)



Figura 4 – Morador de rua e seu cão

Fonte: 29 moradores de ruas e seus cachorros, 2017.

Com base nas pesquisas feitas, foi possível constatar que a maioria das pessoas em situação de rua é usuário de drogas. O site local de Florianópolis (Notícia do Dia) relatou em uma das suas reportagens em 2015, que Florianópolis tem em média 600 pessoas que vivem em situação de rua. Segundo a diretora de

Proteção Social Especial da secretaria de Assistência Social, Katia Abraham, no verão a quantidade é maior do que no outono e no inverno. Menos de 10% desse público é natural da cidade. A maioria vem de outros Estados e também há estrangeiros. E 90% deles são usuários de álcool e outras drogas, principalmente crack. (MATHIAS, 2015).

Assim também como na capital de São Paulo, onde de 3 em cada 4 moradores de rua usam álcool ou drogas. (IG SÃO PAULO, 2010).

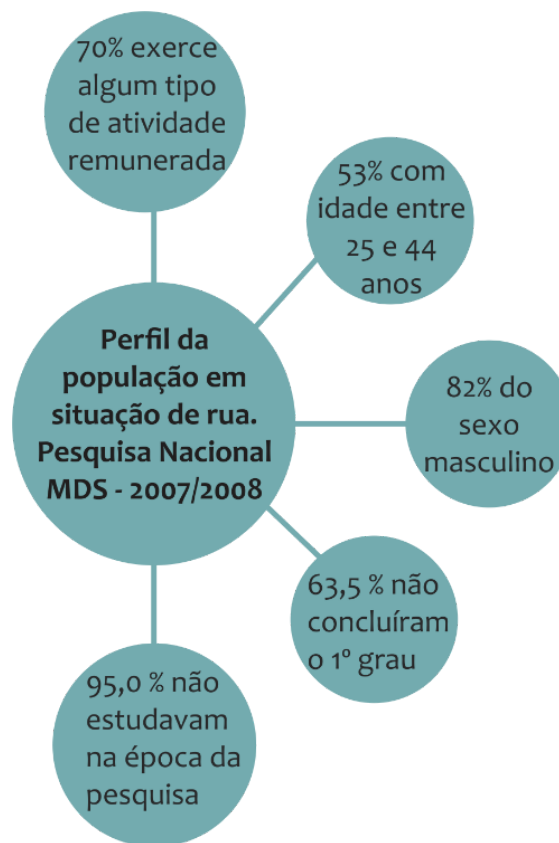
Com base na pesquisa feita Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômica, 2015) sob encomenda da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura, 74% dos moradores entrevistados utilizam álcool, drogas ou ambos. Entre os jovens de

18 a 30 anos a proporção atinge 80%. O álcool é a substância mais utilizada (65%) e é mais frequente entre os mais velhos. O consumo de drogas atinge 37% da população, mas alcança 66% dos jovens até 30 anos. A droga consumida mais frequentemente pelos jovens é o crack, usada por mais da metade deles. O censo afirma também que pelo menos 84% dos moradores de Rua de Santos são usuários de drogas. Destes, 35% consomem a mistura de álcool e outros entorpecentes, 30% só consomem bebidas alcoólicas e 19% usam entorpecentes.(TRIBUNA, 2015.)

Figura 5 – Diagrama informações de maior relevância para o projeto.

O diagrama abaixo apresenta algumas das informações mais relevantes, para

melhor desenvolvimento do projeto, obtidas na pesquisa.



Em São José, ainda não foi realizada uma pesquisa sobre a população em situação de rua, apenas foram levantados alguns dos moradores de rua que são atendidos na casa de apoio NURREVI, onde a maioria vem de outros estados. Diante disso, não se pode fazer um comparativo quanto aos outros itens da pesquisa. Segundo entrevista feita na casa de apoio Nurrevi em 08/03/2017, com o coordenador Marcelo Frenzen, acredita-se que existam hoje nas ruas do município de São José, cerca de 250 indivíduos em situação de rua.

Como já citado na introdução, os moradores de ruas muitas vezes são acompanhados por cães. Diante disso deve-se prever um pequeno canil, destinados aos animais de estimação dos moradores. Desta forma, facilita também

a ida dos mesmos para os abrigos. Uma vez que, baseando em informações da assistente social do bairro, diz que muitos deixam de ir para os abrigos, pois não querem deixar os cães.

2.5 Arquitetura da Moradia

A Arquitetura tem por característica, o apoio social de poder ajudar a acolher esses indivíduos temporariamente, estruturando um local passageiro, até que estejam preparados para uma vida digna com moradia e trabalho. Então, a tipologia arquitetônica deste centro de apoio é um fator importante na concepção do projeto, pois atuara de forma positiva ou negativa no processo do tratamento das pessoas em situação de rua. É impronte que haja uma inclusão com a natureza, áreas de lazer,

área de repouso e alimentação, essas são áreas que se assemelham com as de uma residência.

Com base nas informações e entrevistas obtidas na internet, pode-se observar que, nem todos os moradores de ruas querem ir para os albergues, preferem muitas vezes permanecerem em situação de vulnerabilidade das ruas.

Muitas vezes os albergues, mantido por instituições ou prefeitura, são edificações adaptadas que não agregam, tanto pelos aspectos construtivos quanto necessidades funcionais, importantes no processo de reintegração e superação da condição de rua. (BERTOLDO, 2017).

Possuem regras rígidas, onde muitos indivíduos que necessitam desse local se recusam a estar nele. Para

algumas pessoas a rotatividade e a impossibilidade de estar junto a seus companheiros e animais, também influenciam a querer ir ou não para esses locais. (BERTOLDO, 2017).

Para obter bons resultados de melhoria para a população em situação de rua. No qual buscam a casa de apoio ou abrigos institucionais para saírem da realidade que se encontram atualmente. É necessário que a instituição tenha uma equipe de profissionais capacitados na área, assim também como ter uma boa arquitetura ajuda para que possam obter resultados positivos.

A análise dessa pesquisa será baseada no Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População em Situação

de Rua (2017). Tem por objetivo trazer informações de como organizar a Implantação, implementação e ainda o reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias em Situação de Rua.

Equipamentos Sociais para Adultos em situação de Rua:

- **Albergues:** Oferecem pernoite, banho, janta e café da manhã a seus usuários.
- **Casas de Convivência/Centro Pop:** Local de referência diurna. Oferece atendimento psicossocial, local para higiene e alimentação. Aberto nos turnos de manhã e tarde.

Acolhimentos Institucionais:
Atendimento integral proporciona estadia, convívio endereço de referência.

Apresenta 3 modalidades: Abrigos, casas de passagem e repúblicas.

- **Abrigos:** Moradia temporária para até 50 pessoas de ambos os sexos por unidade.

- **Casas de Passagem:** Acolhimento emergencial para pessoas do mesmo sexo. Recebe os usuários a qualquer horário e realiza os devidos encaminhamentos.

Repúblicas: Moradias subsidiadas em sistema de autogestão ou cogestão dentre os tipos de equipamentos sociais para pessoas em situação de rua, dentre as características que melhor se enquadra na proposta é o Abrigo Institucional.

O abrigo institucional de acolhimento provisório poderá abrigar no máximo 50 (cinquenta) usuários por unidade, devendo apresentar características residenciais, com

ambientes aconchegantes, bem iluminados, com ventilação adequada e infraestrutura que priorize espaços de fácil locomoção e circulação de pessoas. Os mesmos deverão conter espaços para a acomodação de animais de estimação e guarda de carrinhos de coleta de material reciclável das pessoas atendidas. Quando a instituição acolher famílias, deve seguir recomendações com relação a equipe baseada no NOB-RH/SUAS, 2016 onde cita que a equipe deve ser composta em: 1 (um) assistente social de nível superior para

ST	incompletos) só poderão ser atendidas	com o usuário
IT	neste serviço acompanhados dos pais	sua vontade e
UC	e/ou responsáveis.	
IO		
N		
AL		

atendimento a, no máximo, 20 (vinte) usuários em até 2 (dois) equipamentos e 1 (um) psicólogo de nível superior para atendimento a, no máximo, 20 (vinte) usuários em até 2 (dois) equipamentos. A tabela 3 apresenta recomendações segundo o NOB-RH/SUAS -2016, no qual encontra-se definições dos ambientes e a da equipe técnica.

Tabela 2 – Recomendações para abrigo institucional

	Público Alvo	Tempo de Permanência
AB	Pessoas adultas ou grupo familiar com ou sem crianças	6 (seis) meses. Sugere-se que este período não seja fixo. Deve ser estabelecido para a população em situação de rua, 2017
RI		Fonte: Texto de Orientação para o Redimensionamento do Serviço de Acolhimento para a População em Situação de Rua, 2017
G	ATENÇÃO: crianças e	interferem no processo de desligamento do serviço. Deve ser construído conjuntamente
O	adolescentes (de 0 a 18 anos	
IN		

Quarto	4 pessoas por quarto com espaço suficiente para fabricadas, com armários de para guarda de pertences de forma individualizada
Cozinha	Espaço suficiente para a organização dos utensílios e preparação dos alimentos para o número de usuários
Sala de Estar/Refeitório	Espaço equipado para acomodar os usuários a cada refeição. (Este espaço também poderá ser utilizado para outras atividades).
Banheiro	Espaço com 1 lavatório, 1 sanitário e 1 chuveiro para até 10 pessoas. Ao menos um banheiro deve ser adaptado para Pessoa com Deficiência
Área de Serviço	Lavanderia equipada para lavar e secar roupas dos usuários e de uso comum do serviço.
Sala para equipe técnica	Sala equipada para acomodação da equipe técnica do serviço e com estrutura para o desempenho do trabalho.
Sala para coordenação e administrativo	Sala equipada para acomodação da equipe técnica do serviço e com estrutura para o desempenho do trabalho.
A Equipe	1 (um) coordenador de nível superior ou médio, que será referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos; 1 (um) assistente social de nível superior para atendimento a, no máximo, 20 (vinte) usuários em até 2 (dois) equipamentos; 1 (um) psicólogo de nível superior para atendimento a, no máximo, 20 (vinte) usuários em até 2 (dois) equipamentos

Tabela 2 - Pré-dimensionamento

Fonte:NOB-RH/SUAS, 2016

2.6 O contêiner na Arquitetura

Serão abordados conceitos referentes aos contêineres no Brasil. A sua caracterização e a utilização nas construções nacional. Contêiner são caixas

2.6.1 Estrutura

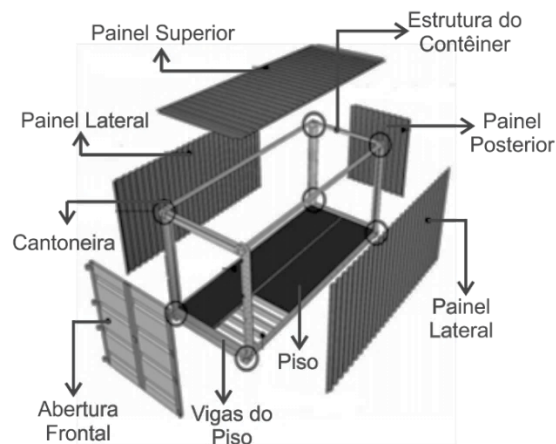
Visto que o contêiner inicialmente era utilizado apenas como caixas metálicas, transportadas por navios ou trens, por conta da natureza dos materiais, é necessário que haja um material de alta resistência, para evitar corrosões. Por isso o contêiner é uma boa opção para esse tipo de uso, pois o mesmo é, constituído por estrutura com perfis e chapas de aço patinável, são aços de alta resistência e baixa liga que apresentam maior resistência à corrosão atmosférica que os aços estruturais comuns. A principais

características desse aço, é que sob condições ambientais de exposição aos agentes corrosivos, ele pode desenvolver uma película de óxido de cor avermelhada aderente e protetora. Essa película é chamada de pátina, que atua reduzindo a velocidade do ataque dos agentes corrosivos presentes no meio ambiente.

Com isso, pode-se constatar que não existe nenhum tipo de restrição para o uso do contêiner próximo ao mar.

De acordo com Slawik et al. (2010 apud CARBONARI 2015) a estrutura do contêiner é composta por quatro vigas inferiores e quatro superiores que se conectam por meio de pilares posicionados nas esquinas, formando uma armação intertravada e rígida. Esses quatro montantes são providos de

cantoneiras que auxiliam no apoio, manuseio e travamento do conjunto. Os seus fechamentos apresentam três elementos distintos: O **piso**, que possui



um trilho de conexão intermediário soldado às vigas inferiores e que serve de sustentação para as placas de compensado, aparafusadas sobre toda a estrutura do chão. O **painel frontal**, composto por uma porta de duas folhas equipada com dobradiças soldadas nos

pilares de sustentação e os **painéis laterais, superior e posterior**, que são soldados nas vigas perimetrais, abaixo do piso estão dispostas vigas transversais de aço que aumentam a resistência do conjunto, como ilustrado na figura abaixo:

Figura 6 – Peças do Contêiner
Fonte: Minha Casa Contêiner, 2017

Segundo World Shipping Council (2014 apud CABONARI 2015) os contêineres têm uma vida útil de uma média de dez a quinze anos. Após este período deve seguir um destino correto de descarte, uma vez que são produzidos a partir de materiais metálicos e não biodegradáveis. Torna um grande problema pois formam montanhas de lixo no contexto urbano das cidades portuárias. Existe mais de 2 milhões de contêiner hoje no mundo e estima-se que

um milhão desses possa virar sucata, acumulados em pontos por tudo o planeta (SPOTCOOLTUFF DESIGN, 2014)

HIGH CUBE 40'	
MEDIDAS EXTERNAS (mm)	
Comprimento	2.192
Largura	.438
Altura	.895
MEDIDAS INTERNAS (mm)	
Comprimento	2.056
Largura	.347
Altura	.684
ALTURA DA PORTA (mm)	
Comprimento	.338
Largura	.585

Os tipos de contêiner ISO, variam de fechados e abertos, com ou sem capacidade para controle de temperatura interna. Os mais utilizados no brasil e no mundo são:

1. Dry Box Ventilado
2. Refrigerado
3. Granéis
4. Tanque
5. Rack
6. Plataforma

Tabela 3 - Tabela contêiner HIGH CUBE 40'

Fonte: Tabela de pesos e medidas de containers, 2017

7. Open Top

Os contêineres mais comuns são os de 10 pés (3 metros), 20 pés (6 metros) e 40 pés (12 metros). Dentre todos os tipos, os mais apropriados para o uso na Arquitetura são os **Dry/High Cube**, que possuem uma altura superior aos demais.

Para a concepção do projeto, optou-se por utilizar o modelo **High Cube 40'** pois o mesmo apresenta uma altura interna de 2,68 m, sendo superior aos demais, como ilustrado na tabela 4.

O contêiner inicialmente era concebido apenas para o transporte de cargas e armazenamento de mercadorias. Os principais materiais utilizados em sua construção são: o aço, o alumínio e a fibra. Atualmente ganha uma outra função, onde é utilizado também na construção civil, inicialmente seu uso se restringiu aos canteiros de obra, especialmente para armazenar materiais de construção e abrigar o banheiro, refeitório e até o estande de vendas de empreendimentos imobiliários.

Com o tempo a tecnologia abriu possibilidades maiores para utilização

deste produto na construção. Hoje se pode identificar lojas, restaurantes, cafés, bares, parques e inclusive residências construídas em contêineres. Os mesmos são versáteis flexíveis e sustentáveis. Nos países da Europa, o contêiner possui grande destaque na construção de empreendimentos modulares.

2.6.2 O uso do contêiner na Arquitetura

Para que possa ser usando de forma habitável, os contêineres passam por processo de tratamento e recuperação que inclui limpeza, funilaria, serralheria, pintura, revestimentos e acabamentos, a preparação da estrutura é feita in loco, variando das características de cada projeto. Laudos de habitabilidade e de descontaminação contra agentes

químicos, biológicos e radiativos são documentos que certificam a segurança do contêiner como estrutura da construção.

De acordo com Kotnik (2008 Apud LODI 2015), as características que podem ser atribuídas à arquitetura são a **Modulação**, por conta da possibilidade infinita de combinações; **Velocidade**, em razão dos modelos serem montados rapidamente e em pequenos espaços de tempo; **Individualismo**, mesmo com suas características peculiares o módulo pode ser customizado conforme o gosto e necessidades dos usuários; **Robustez**, tendo sua estrutura resistente às mais diversas condições climáticas; **Flexibilidade** e **Estruturas Mistas**, pois possibilita adaptação como inserções ou

adições demais módulos ou outros materiais.

2.6.2 Condições térmicas e sustentáveis do Contêiner

O contêiner é uma estrutura pré-fabricada, por isso dispensa a utilização de canteiro de obras, pois não gera resíduo sólido construtivo, amenizando o impacto no local em que a estrutura será instalada. Desta forma contribui para a sustentabilidade.

Com isso existe a necessidade de receber um tratamento em sua estrutura para que se possa tornar habitável, deve-se optar por materiais sustentáveis, preferencialmente materiais renováveis, reutilizáveis ou recicláveis, como a

madeira e a lã animal.

Por sua estrutura ser formada principalmente por chapa metálica de aço, o contêiner tende a aquecer rapidamente quando exposto a radiações solares e esfria na mesma intensidade na ausência da mesma. Com isso deve-se dar uma atenção especial ao isolamento térmico da estrutura. O conforto térmico dos ambientes pode ser solucionado através de estratégias de conforto térmico natural ou induzidas. Possíveis soluções para o melhor conforto térmico dos módulos, exemplos como: isolamento; coberturas; pátios internos; espelhos d'água; vegetação; ventilação através do efeito chaminé; brises; entre outros.

Os valores variam de acordo com o tipo de contêiner que será utilizado, assim também como do revestimento.

Acredita-se que esta construção traz uma economia de 30% com relação à construção de alvenaria.

Pode-se perceber que o uso do contêiner para habitação, não requer muitas modificações, além dos isolamentos externos e internos, visto que se trata de um material metálico. Assim também como não existe uma norma/recomendação específica para o tipo de habitação em contêiner, com isso serão aplicadas as mesmas normas técnicas e de legislação para construção em estrutura metálica, seguindo os parâmetros urbanísticos vigentes e estabelecidos pelo Código de Obras do Município.

Foi possível constatar também, que não existe nenhum tipo de restrição para a construção de contêiner próximo a mar,

pois o aço patinável/corten utilizados para a vedação do contêiner, possui uma resistência maior à corrosão, sendo ele recomendado para área com alto índice de corrosão.

3. ESTUDO DE CASO

Com o objetivo de compreender a estrutura dos equipamentos existentes em São José, bem como entender quais atividades e como se dá o funcionamento das mesmas, foi realizada a visita técnica na Casa de Apoio NURREVI.

3.1 Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

O Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas, com propósito de atendendo apenas mulher que se

encontrasse presa às drogas e/ou ao álcool.

Em janeiro de 2000 o NURREVI adquiriu uma chácara de 20 mil metros quadrados no bairro de Maciambu Pequeno, no Município de Palhoça, SC, criou uma Comunidade Terapêutica para dependentes químicos, e iniciou ali seu primeiro serviço de acolhimento e tratamento de dependentes químicos não apenas residentes no município de São José, mas de diversas outras regiões do Estado de Santa Catarina. Desde então, o NURREVI tem acolhido e tratado de centenas de dependentes químicos de ambos os sexos nesse local.

Atualmente encontra-se localizado no bairro Bela Vista, São José, na rua Pedro Bunn, 637. Tem o caráter de uma

Casa de apoio onde atende forma adaptada em uma casa com caráter de albergue, atendendo a todos os gêneros.

Os dormitórios, sala e cozinha exercem função de maneira coletiva, durante o período de 24 horas. O tempo de permanência é de 6 meses.

Foi observada a dificuldade de adaptação dos ambientes, como banheiro sem acessibilidade assim como o próprio acesso ao quarto/sala/cozinha e outros ambientes da casa, visto que a mesma tem três pavimentos e o acesso é só dado por escadas, com exceção do dormitório feminino. Assim também como o relato do coordenador, com relação a falta de espaço para melhor atendimento da assistência social as pessoas em situação de rua. Segundo Marcelo Frenzen, formando em técnico de reabilitação, mas

atua na casa como coordenador do NURREVI, sugere que o ambiente tenha no mínimo 3 (três) divisões. Os que estão em situação de rua, os moradores de rua e os grupos de cor verde em drogas. Uma vez que esses três grupos vivem em realidades diferente. Propõe também que os usuários de drogas em drogas, passem por um centro de tratamento especializados. Caso não haja no local. Antes de ter contato com os outros grupos. Em razão deste grupo sofrer com abstinência pela falta das drogas. Quando vivem em conjunto com os demais grupos, acabam, a influenciando para que voltem as ruas. Atrapalhando assim a evolução de melhoria dos demais. Porém sugere que exista convivência entre todos os grupos, apenas durante as palestras motivacionais oferecida e durante as refeições.

Faz necessário que tenha a divisão entre o indivíduo que está entrando na unidade, para aqueles que já estão abrigados, para que também não haja a influência.

O equipamento é basicamente dividido em **6 setores**: **1- Lavanderia**: composto por um pátio ao ar livre espaço coberto para os equipamentos. **2- Higiene**: constituído por 6 banheiros simples no total, sendo 2 para o setor feminino e 4 para o masculino, localizado na parte externa da casa. **3- Alimentação**: composto por uma cozinha e um refeitório. **4- Sala de Estar**: 2 sofás e uma televisão, este é de uso compartilhando entre feminino e masculino. **5-Dormitórios**: Como já mencionado, é dividido entre feminino e masculino. Onde

o feminino é composto com 2 quartos um com 3 camas e outro com 2 camas de solteiro e o masculino por 6 sendo 4 camas por quarto dispõem de camas de solteiro e de beliche. **6-Administrativo**: dividido em 2 salas, entre assistente social e o setor administrativo. Por fim a **6- área de lazer externa**, uma área aberta composta por bancos, horta e um fumódromo.

Figura 7 - Fachada NURREVI

Fonte: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas 2017



4. NORMATIVO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

As políticas públicas socioassistencialistas, começaram a ser discutidas nos anos 90. Mais precisamente em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LAOS), que regulamentou artigos na Constituição Federal reconhecendo a assistência social como prática pública, direito do cidadão e obrigação do estado. Em 1997, em São Paulo foi criada a **Lei Municipal 12.316**,

totalmente voltada para as pessoas em situação de rua. A mesma, tornou-se referência para a formulação da política nacional. Nos anos 2000, a realidade da população em situação de rua não era mais só problema das grandes metrópoles brasileiras, mas sim de baixo e médio porte. Em 2004 é publicado a **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, prevista no artigo 18 e 19 da **(LOAS)**, no qual define o sistema público de assistência social no país, assim como o direito a **proteção básica e especial**. 2005, regulariza-se a NO/SUAS, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, que disciplina e normatiza a operacionalização da gestão Política Nacional de Assistência Social. Entre 2007 e 2008, através do ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, foi realizada a primeira pesquisa nacional da população e situação de rua, como já no capítulo 2.4 Perfis da população em situação de rua. (KOING, 2016)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, existem normativas básicas destinadas à População em Situação de Rua, apresentadas em seu documento sobre orientações a respeito dos CREAS e sobre os serviços especializados para as pessoas que se encontram em situação de rua. Essas normativas visam um melhor atendimento e assegurar os direitos dessa população como cidadãos. A partir disso, foram destacadas e apresentadas algumas delas a seguir:

4.1 Políticas nacionais de assistência social (PNAS)

A política Nacional de Assistência Social (PNAS), surgiu com intuito de orientar as ações do governo. Onde ficou estabelecido estratégias, diretriz, princípios e instrumento para gestão das atividades sociais, apresentando também ideias para a construção e consolidação do Sistema único de Assistência Social (SUAS). (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004, 2005)

O sistema único de Assistência Social (SUAS), é um modelo de gestão descentralizado e participativo, com o objetivo de tornar a Política de Assistência Social mais eficiente. Apresenta uma organização política administrativa visando organizar as ações sociais a nível

de território nacional.

Os **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**, ofertam assistência social básica. E o **centro de referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**, está integrado ao SUAS e constitui-se em uma instituição pública estatal, responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e familiar com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os mesmos prestam serviço de proteção especial de média complexidade.

4.2 Serviços de Média e Alta Complexidade

Em 2004 o Sistema único de Assistência Social (SUAS) foi dividido em categorias de atendimento, levando em consideração os níveis de complexidade

de cada cidadão, classificando em **Proteção social básica, Especial, Média Complexidade e Alta complexidade.** (KOING, 2016)

4.2.1 Proteção Social

Garante a inclusão social de todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de riscos. Inserindo-os na rede de Proteção Social local. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004, 2005)

4.2.2 Proteção Social Especial

É a modalidade que organiza a oferta de projetos, serviços e programas destinados à família e indivíduos em situação de risco social, pessoal e que possuem violação de seus direitos. Tem por objetivo auxiliar na prevenção de agravamento na situação do indivíduo. E a

melhoria de recursos para reparar situações que envolvam violência, risco social e pessoal, rompimento/fragilização de vínculos familiares, sociais e comunitários. As principais situações elencadas para esse atendimento violência física e psicológica, violência sexual, abandono, trabalho de infantil, situação de rua, afastamento de convívio familiar, dentre diversos outros. Subdivide-se em Proteção Social Especial em Média Complexidade e Proteção Alta Complexidade. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004, 2005)

- **Proteção Social Especial de Média Complexidade:**

Atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

Porém os vínculos familiares **não** foram rompidos. Requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004, 2005)

- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade:**

Atendimento às famílias indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça. Garantem **proteção integral** - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. **Necessitando** ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004, 2005)

5. REFERENCIAIS PROJETUAIS

Para entender e desenvolver uma nova proposta de um *Abrigo para moradores de rua* em contêiner, na cidade de São José, foram analisados alguns projetos, cujos partidos, plantas e soluções apresentadas pelos arquitetos, pudessem auxiliar para o desenvolvimento do projeto.

5.1 CAPSLO Homeless center – São Luis Obispo



Figura 8 - Perspectiva da fachada CAPSLO

Fonte: Archdaily, 2017 a.

Projeto: CAPSLO homeless center
Localização: São Luis Obispo, Califórnia
Projetado: Gynne Pugh Urban Studio
Área: 26 mil metros quadrados

O que destacou para a análise deste projeto foram à similaridade com a proposta deste trabalho. Além de abordar o mesmo tema, O CAPSLO, é um centro de serviços para os desabrigados. Possui uma capacidade de 200 leitos para os usuários (homens, mulheres e crianças), além do uso para abrigo, comporta uma variedade de espaços. Uma dela é o programa de necessidades, como apresenta a tabela 5

PROGRAMA DE NECESSIDADES CAPSLO
Atendimento hospitalar para realização de exames médicos e psiquiatria/psicologia;
Salas comunitárias para



desenvolvimento de atividades e cursos para aprimoramento pessoal dos usuários;

Área de recreação e lazer para as crianças;

Espaço destinado a um canil para os animais de estimação dos moradores.

Tabela 4 - Programa de Necessidade Capslo

Fonte: Adaptado Archdaily, 2017a

As funções estão todas concentradas em um mesmo edifício que inclui no térreo um grande refeitório multiuso,

cozinha industrial, lavandeira, guarda volumes, banheiro com vestiários canis para animais de estimação, biblioteca com computadores e telefones, salas de recreação infantil, salas de atendimento médico de saúde mental e salas administrativas (doações, manutenção e equipe técnica).



Os acessos foram projetados conforme a função utilizada. Ao leste da edificação encontram-se o acesso, mais restrito, com poucas aberturas para o exterior. Já no Oeste da edificação estão localizados os acessos as áreas públicas, com aberturas para o pátio aberto do projeto. Conforme ilustra

a figura 11.

No pavimento superior, concentram-se os dormitórios coletivos, separados por quartos masculinos, feminino e familiar. Para proporcionar a privacidade dos dormitórios, utilizam a circulação vertical, administração e sala de monitoramento. Os dormitórios familiares possuem dois tipos, um de uso comunitário entre uma ou mais famílias e outro abriga apenas uma família por quarto.



5.2 Shelter Home – Javier Larraz



Figura 11 – Fachada Shelter Home 1

Fonte: Adaptado Archdaily, 2017a.

Projeto: Shelter Home

Localização: Navarre, Espanha

Projetado Javier Larraz

Área: 995 mil metros quadrados

Ano: 2010

A proposta do projeto é um abrigo para os desabrigados, visando a oportunidade de melhorar a qualidade de vida de um grupo socialmente excluídos.

A forma em que foi configurada a divisão interior facilita a coexistência entre os diferentes grupos de usuários. A divisão está entre a estadia média e a itinerante. Por mais que ambos os grupos utilizem simultaneamente o prédio, o projeto foi projetado para que não haja interferência entre esses dois fluxos. Para isso foram propostos dois acessos independentes, como imagem 14.

O terreno, abrangendo uma disposição mais horizontal, de forma simples e sem grandes impactos visuais ao entorno. Com isso o projeto torna-se mais convidativo, integrando a construção com o seu entorno. Para obter maior integração do interior com o exterior do edifício, as áreas comuns foram projetadas de forma permeável para a praça externa

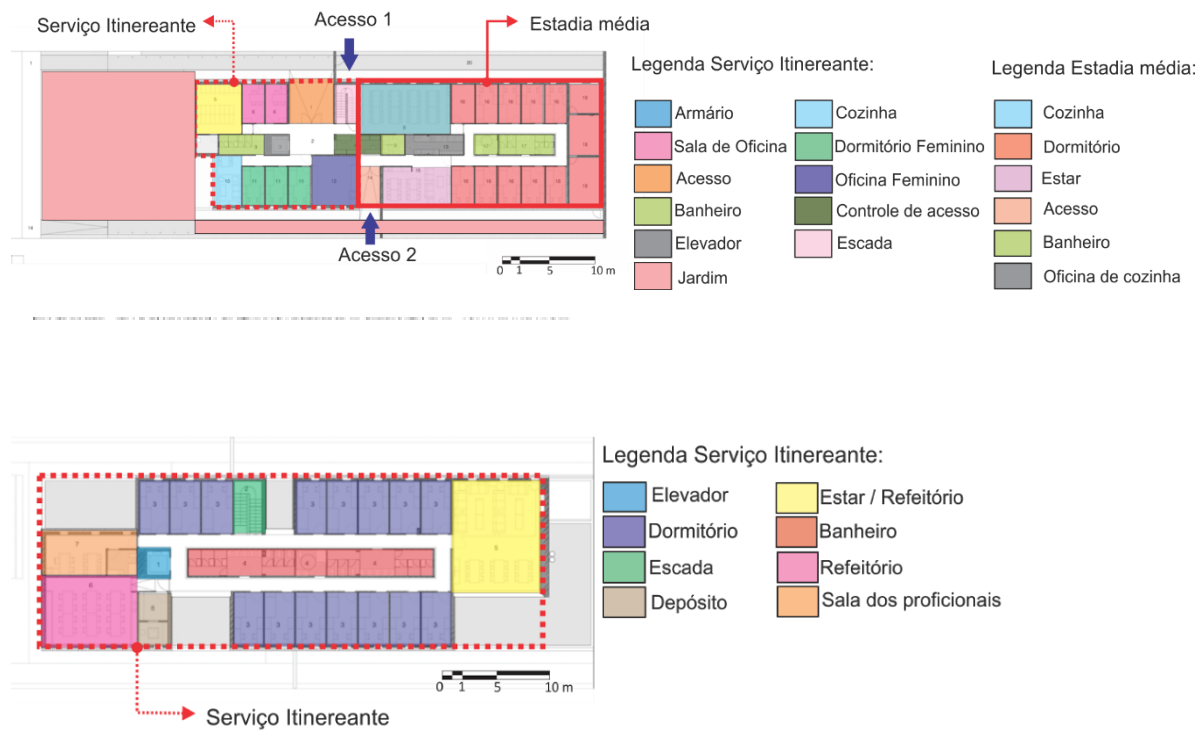


Figura 13 – Planta baixa térreo serviço itinerante

Fonte: Adaptado Archdaily, 2017b

A composição da fachada de perfis em alumínio, garante ao usuário a privacidade a segurança, visto que o edifício se torna



Figura 14 – Fachada Shelter Home 2

Fonte: Adaptado Archdaily, 2017b

6.DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da área em estudo possibilitará analisar condicionantes importantes, a fim de auxiliar a formação das diretrizes e a elaboração da proposta

mais seguro e menos propenso a invasões, além de configurar a homogeneidade da construção e, ao mesmo tempo, adapta o edifício ao seu entorno.

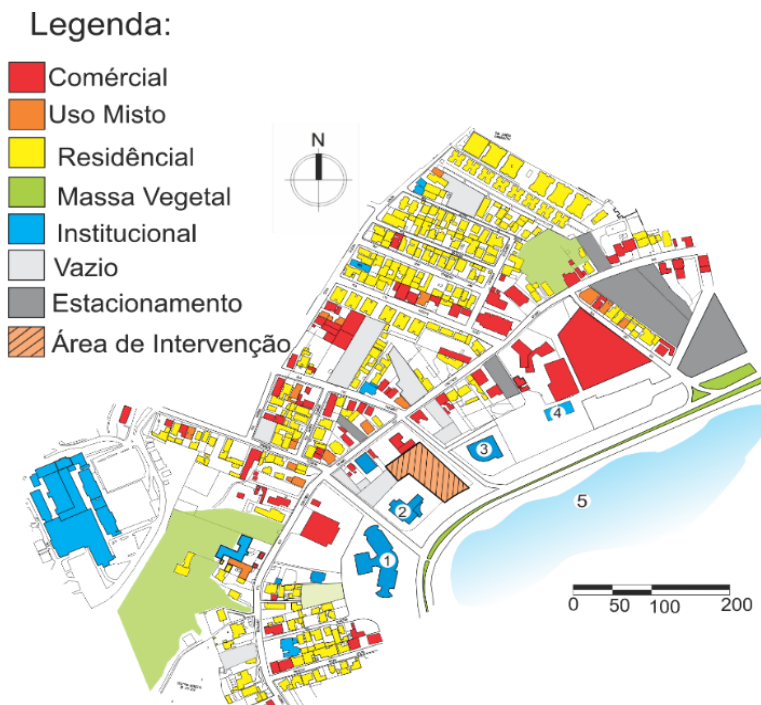
final do presente trabalho.

6.1 Usos do solo

A área analisada é formada predominantemente por uso residencial figura 13. Já na extensão da intervenção, encontra-se rodeada por importantes edifícios de caráter institucional, como a Prefeitura de São José (1), o INCRA (2), o Centro de Atendimento ao Eleitor (3) e o Fórum Trabalhista (4), instituições que geram fluxos nas proximidades, onde seu

acesso se dá geralmente por automóveis. Outro destaque para região é a Beira-Mar (5), que dispõem de pista de caminhada, academia ao ar livre e, o único lugar da região que possui ciclovias.

A partir dessa análise é possível fazer um breve levantamento das condições de possíveis locais de trabalho para os abrigados.



6.3 Mobilidades Urbanas e Sistema viário

O local de intervenção da proposta, é um terreno de esquina, portanto possui duas fachadas, onde a **fachada sudeste** está voltada para avenida Acioni Souza Filho uma das vias de importante conexão, pois permite acesso de São José para as cidades vizinhas, como Palhoça e Florianópolis. Por conta disso a mesma é uma das grandes geradoras de conflitos entre veículos e pedestres, principalmente nos horários de pico matutino e após as 19:00 horas, onde apresentam um fluxo veicular de maior intensidade, gerando congestionamento para o local.

Já a **fachada nordeste**, é dada para a Rua Luiz Fagundes, uma via de caráter

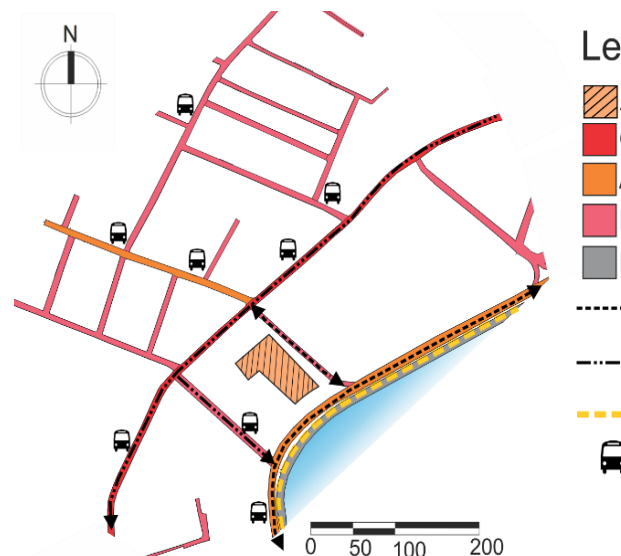
local. Por conta disso apresenta menor tráfego, sendo assim menos conflitos entre veículos e pedestres, em razão disso as mesmas serão destinadas para o acesso principal da proposta. Um dos problemas evidentes é a falta de conexões da Beira Mar de São José com o restante do bairro onde só é possível acessar por algumas vias, e apresentam um espaçamento considerável uma das outras. Isso agrava ainda mais a situação do trânsito local. Com relação ao acesso à área, apresenta alguns problemas. Somente a Rua Luiz Fagundes tem calçadas, porém encontram-se trechos desqualificados e sem acessibilidade. Já a fachada frontal

(Sudeste) não possui calçamento. Atualmente o mesmo é usado como estacionamento para carros. A ausência de ciclovia/ciclo faixa em toda a extensão do bairro também é um problema a ser

6.3.1 Transporte Público

Baseado no Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José, 2004, a cidade de São José, está organizada

levado em consideração, pois a mesma só é presente na Beira-Mar de São José. Com isso é possível perceber a priorização do veículo em relação ao pedestre



fisicamente em uma rede de 191 linhas, sendo 156 de operação regular e 44 de atendimento especial, dos quais 35 são de atendimento no período de verão e

convergência de fluxos para o terminal central de Florianópolis (TICEN). Diante disso, o sistema do transporte público apresenta deficiência, com relação à integração. Os cidadãos não têm a possibilidade de se deslocar dentro da área urbana sem a necessidade de pagamento de duas tarifas. Da mesma forma, também não conseguem se deslocar para vários bairros de

9 são de atendimento escolar. Em 1998, foi previsto projeto de terminais intermediários, onde a área em questão (Praia Comprida) receberia também um terminal. Entretanto, os terminais não foram instalados. O sistema de circulação de ônibus é caracterizado pela

Florianópolis utilizando apenas um ônibus. Porém a área é bem servida em relação ao transporte público, visto que a Av. Acioni Souza Filho e a Constância Krumel são vias de ligação para os bairros/cidades vizinhas. Existem vários pontos de ônibus próximos ao terreno.

6.5 Aspectos Bioclimáticos

A análise dos elementos físicos do

terreno, sol, vento e topografia é de grande importância, para o desenvolvimento de um projeto energeticamente eficiente com baixo impacto ambiental. Esses elementos quando bem aproveitados, qualificam a edificação e o conforto térmico dela, gerando ambientes bem ventilados, através da ventilação cruzada, por exemplo e iluminação natural. Em São José predomina o Clima Subtropical Mesotérmico Úmido com verão quente (segundo a classificação de Köppen) com presença fragmentada do clima temperado mesotérmico úmido e verão ameno. Caracteriza-se o inverno por ser bastante instável e pouco intenso, enquanto o verão é quente com médias acima de 22°C. Essa estação torna a amplitude térmica anual da área muito

grande. Os ventos predominantes na área do Município são do quadrante Norte, enquanto os ventos do quadrante Sul são mais velozes, mas menos frequentes (PROJETO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SÃO JOSÉ – SC LEITURA DA CIDADE –ANÁLISE E DIAGNÓSTICO, 2004)

As análises da orientação solar foram feitas em duas datas e em três horários distintos, deste modo pode-se notar o seu comportamento tanto no inverno quanto no verão.

No verão, nota-se a alta insolação no período da manhã na face nordeste e à tarde na face noroeste, sendo assim, tratamentos protetores contra o sol são necessários nas fachadas para estas orientações. Será projetada de maneira a direcionar os ambientes de maior permanência para a orientação que

receba maior iluminação natural. Quando necessário serão utilizadas estratégias como brises e vegetação para os dias com temperaturas elevadas, procurando assim, manter o conforto térmico da edificação ao longo de todo o ano. No entorno imediato, apenas na análise do inverno é possível verificar a presença de sombra sobre o terreno. Já no verão a sombra não é presente em nenhum momento do dia,

dessas correntes

porém estima-se que esse efeito tende a surgir, levando em consideração futuro adensamento e verticalização do bairro. Como é possível verificar na análise abaixo

A fachada com a vista mais privilegiada para o mar (fachada sudeste), que junto à face sudoeste, são as mais prejudicadas pela alta incidência de vento sul, visto que é a ventilação mais intensa da região. No entorno imediato não há nenhuma massa vegetal para proteção

INVERNO

09:00Hr

12:00Hr.

15:00Hr.

VERÃO

09:00Hr

12:00Hr.

15:00Hr.

Figura 17 - Estudo de Insolação

No esquema a seguir é possível observar a orientação solar, assim como a presença dos ventos. Os caracterizados como predominantes os do quadrante Norte (Norte e

problemas para o terreno já que não existe nenhuma edificação nesta orientação, o que faz com que ocorra a ligação direta do terreno com a Beira-Mar de São José Figura 18 – . Desta forma, tona-se necessário projetar possíveis barreiras para esta orientação.

Nordeste), enquanto os ventos do quadrante Sul são mais velozes, mas menos

frequentes.

O vento Sul torna-se pode-se ser um dos



0 20 40 80m

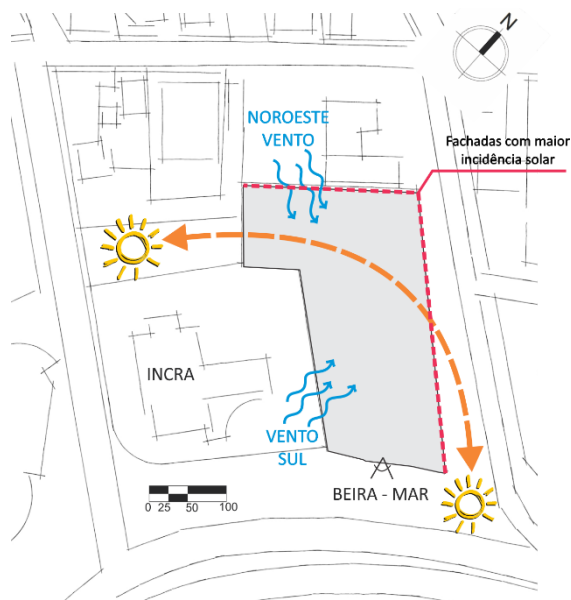


Figura 18 – Esquema do aspecto climático

6.6 Condicionantes Legais

O terreno está localizado na área de secção da beira-mar, ou seja, em área de marinha, o qual não permite quaisquer tipos de construção. Porém nota-se a presença de diversas edificações de carácter público como (Prefeitura de São

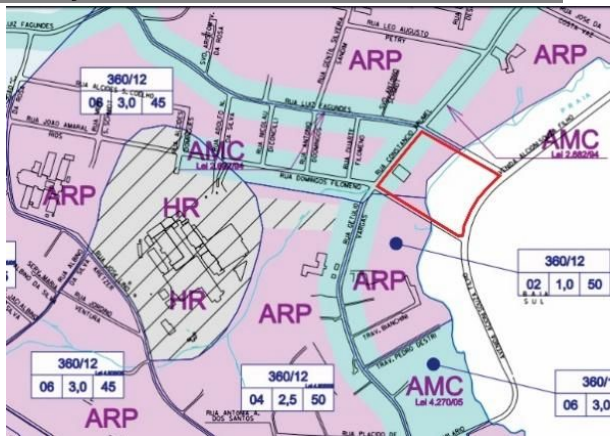
José, INCRA, centro eleitoral de São José e por fim o Fórum trabalhista no qual o termino de sua obra foi em 2017. A lei que proíbe a construção em área de marinha, ainda não está em vigor, por isso a existência das construções dessa área. Diante disso foi feito contando com o setor da SUSP na Prefeitura de São José, onde recomendaram que para a área de intervenção fossem seguidos os mesmos parâmetros adotados na quadra, uma vez que lotes em área de marinha não apresentam zoneamento.

Diante disso as normas municipais vigentes que determinam o zoneamento da área, do bairro Praia Comprida em São José, estão descritas no Plano Diretor da Prefeitura na Lei nº 1.605/85 e seus anexos.

Com uma área de 3.726,63 metros quadrados, o terreno configura-se como Área Residencial Predominante (ARP) que segundo o anexo 5 nessa lei, permite que construas:

Figura 19 – Zoneamento da área

Fonte: Plano Diretor de São José, 1985 com alterações da autora



ARP – ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE

T.O = 50%

I.A máximo = 1,0

Número máximo de pavimentos = 2

Área mínima do lote = 360 m^2

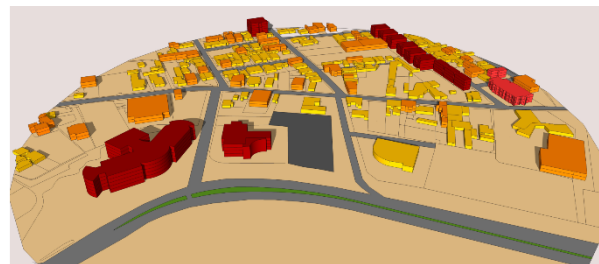
Testada mínima do lote = 12 m

Área máxima construtiva:

$$T.O = 3.725,63 \times 50\% = \mathbf{186.281,5 \text{ m}^2}$$

$$I.A = 186.281,5 \text{ m}^2 \times 2 = \mathbf{372.563}$$

O potencial máximo construtivo para a região previsto no Plano Diretor em vigência desde 1985, o gabarito máximo no terreno é de até dois pavimentos. Porém em seu entorno, observa um aumento significativo com relação à altura das edificações, o mesmo apresenta um gabarito máximo de até seis pavimentos. Essas mudanças são significativas e devem criar uma nova realidade para o local, causando impactos em longo prazo com o forte adensamento, como pode-se observar na figura 21.



Legenda:

- 3 a 4 Pavimentos
- 2 Pavimentos
- 1 Pavimento

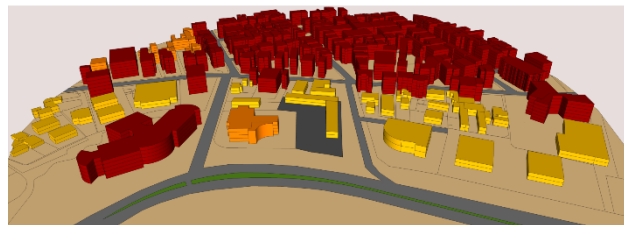


Figura 20 - Gabarito Atual e Previsto pelo Plano Diretor 1985

O TERRENO

Os afastamentos serão definidos através do Plano Diretor lei 1.605 art. 88

onde está descrito que, para atividade não residenciais o afastamento frontal deve ser de 5,5 metros. E os laterais são de no mínimo 1,5 metro, para edificações com altura de até 2 pavimentos, implantados em terrenos com testada superior a 15 metros.

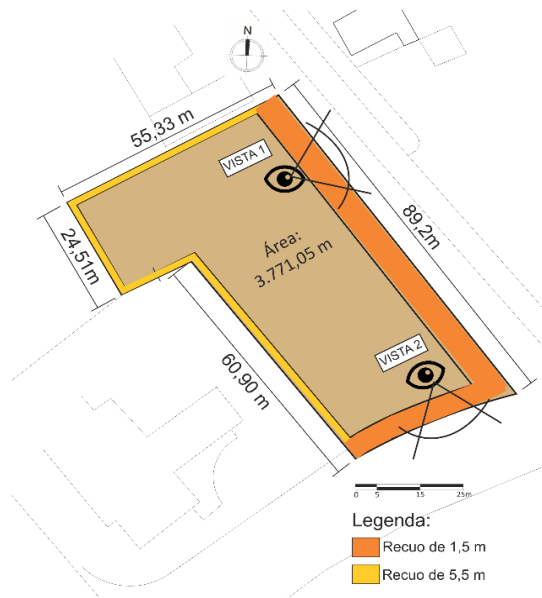




Figura 22 – Vista1

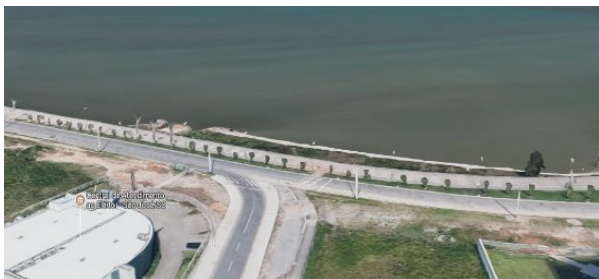


Figura 23 - Vista 2

7. PROPOSTA

O conceito é definido basicamente em unir equipamentos e profissionais que promovam de forma objetiva ou subjetiva, o auxílio para que essas pessoas possam

sair das ruas.

A proposta parte da concepção de um Centro de Acolhimento, Abrigo e Inclusão Social para pessoas em situação de Rua. Um programa de necessidade que visa a saída das ruas de forma gradativa. Desta forma os usuários iram alcançando sua ressocialização na sociedade.

8. PARTIDO GERAL

O partido geral deste trabalho tem por objetivo buscar uma nova ideia de centro de acolhimento para a população em situação de rua. Onde no mesmo terá espaço para pessoas em situação de rua e usuários de droga.

Para a concepção da proposta, diretrizes foram lançadas com intuito de conduzir o projeto a um melhor resultado

final.

Por fim à arquitetura, desenvolvida em contêiner e alvenaria, pois visa a sustentabilidade com o uso do contêiner, podendo receber facilmente possíveis ampliações.

8.1 DIRETRIZES PROJETUAIS

Segundo o MDS, após definido o local de implantação do equipamento, a próxima etapa consiste em assegurar que a unidade tenha espaço físico e infraestrutura necessária para atender a demanda os usuários. Para melhor acolhimento dos usuários o espaço deve dispor de ambientes físicos com qualidade ambientais adequadas e de espaços para atendimento individual e em grupo, evitando o imprevisto a implantação em espaços sem acessibilidade e sem análise

prévia da demanda a ser atendida pelo Centro. Os referenciais influenciaram para a concepção da proposta diante de seus programas de necessidades.

- Abrigar no mesmo local, serviços de moradia, assistência básica de higiene pessoal, alimentação, profissionalização, educacional, saúde física e mental, lazer. Para que os usuários evitem o deslocamento em busca desses atendimentos.
- Pavilhão multiuso, com o intuito de abrigar de forma emergencial, pessoas que ficaram sem moradia por meio de desastres naturais, migração e outros.
- Espaço amplo de circulação ao ar livre para fortalecer a proposta de ambiente que remetem as ruas e

locais de permanência dessas pessoas, como também ambientes acolhedores que promova a privacidade para o usuário.

- Para que não haja influência no processo de recuperação dos abrigados, os dormitórios foram projetados de forma que separe os que estão chegando para aquelas que já estão abrigados. Assim também como a divisão dos dormitórios de moradores de rua e dos usuários de drogas.

- Espaço para guardar carrinhos de reciclagem.

8.2 IMPLANTAÇÃO

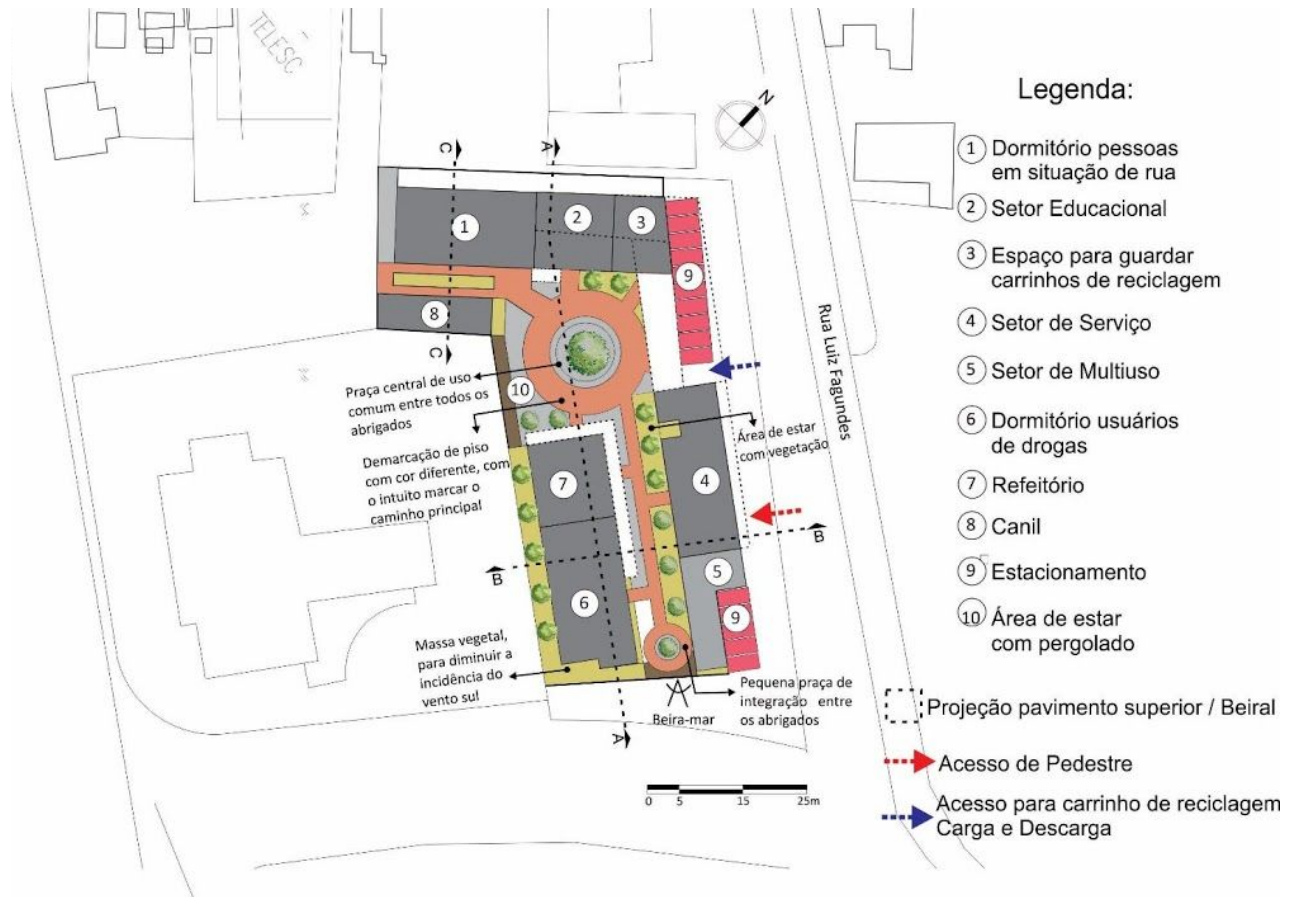


Figura 24 - Implantação Esquemática

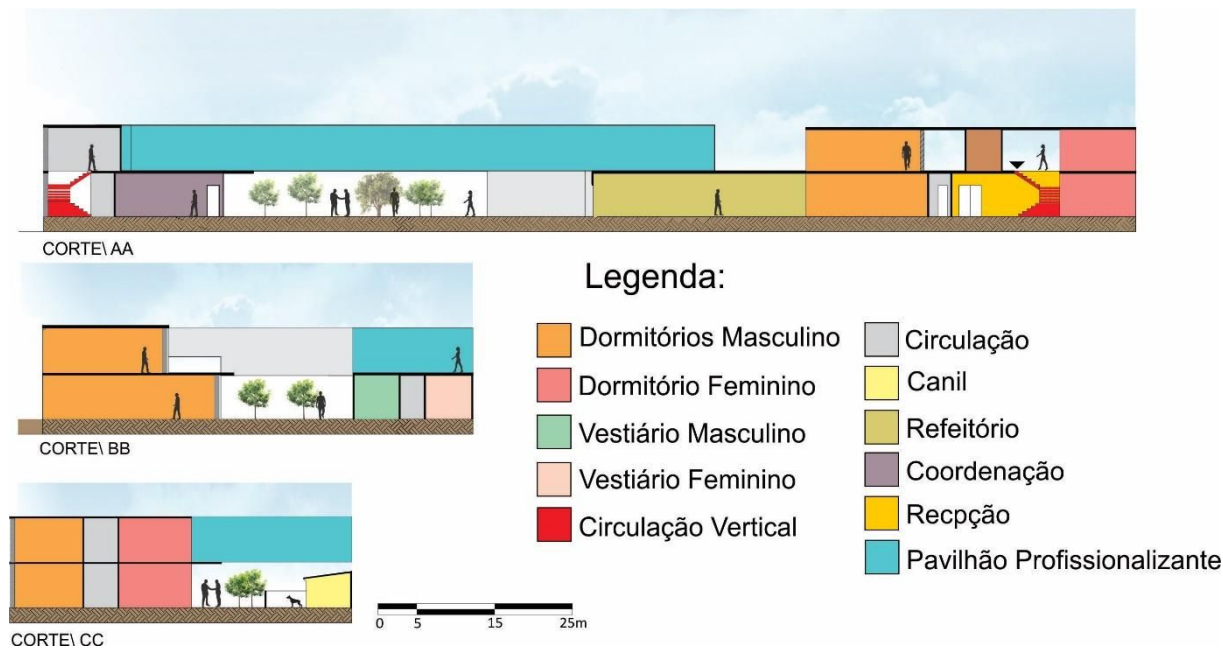


Figura 25 - Cortes Esquemáticos

8.3 PROGRAMA DE NECESSIDADE

ASSISTÊNCIA – TÉRREO 289m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
HALL		Uso geral	71,40 m ²
Recepção	Espaço para recepcionar e encaminhar ao setor	Uso geral	3m ²
Administração	Exerce funções administrativas e armazenar documentos	Equipe Técnica	33,40 m ²
Bwc Funcionários	Higiene	Equipe Técnica	8,10 m ²
Abordagem	Espaço administrativo da equipe que realiza abordagem externa a pessoas em situação de rua	Equipe Técnica	22,50 m ²
Assistência Psicológica	Espaço para acompanhamento atendimento psicológico, para pessoas em situação de rua e usuários de drogas em drogas.	Equipe técnica, pessoas em situação de rua, usuários de drogas	22,40 m ²

Enfermaria/Pe diatria	Espaço para atendimento básico de saúde	Equipe técnica, pessoas em situação de rua, usuários de drogas	27,30 m ²
Doação	Espaço para receber e encaminhar doações	Equipe Técnica	8,30 m ²
Atendimento a Família	Atendimento a família dos abrigados	Equipe técnica, pessoas em situação de rua, usuários de drogas	10,55 m ²
Vestiário Feminino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua e usuários de drogas	32,15 m ²
Vestiário Masculino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua e usuários de drogas	22,15 m ²

USUÁRIOS DE DROGAS – TÉRREO – 331,55m

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
HALL		Uso geral	56,40 m ²
Recepção	Espaço para recepcionar e encaminhar ao setor	Uso geral	3 m ²
Bwc Funcionários	Higiene	Equipe Técnica	3,10 m ²
Dormitório Feminino	Espaço administrativo da equipe que realiza abordagem externa a pessoas em situação de rua	Usuários de drogas	72,00 m ²
Dormitório Masculino	Espaço para acompanhamento atendimento psicológico, para pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	Usuários de drogas	88,80 m ²
Vestiário Feminino	Serviços básicos de higiene	Usuários de drogas	29,45 m ²
Vestiário Masculino	Serviços básicos de higiene	Usuários de drogas	29,95 m ²
Sala de		Usuários de drogas	29,55 m ²

reabilitação			
--------------	--	--	--

USUÁRIOS DE DROGAS – SUPERIOR 301,00 m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
Dormitório Feminino	Dormitório Coletivo	Usuários de drogas	44,70 m ²
Dormitório Masculino	Dormitório Coletivo	Usuários de drogas	72,12 m ²
Vestiário Feminino	Serviços básicos de higiene	Usuários de drogas	29,45 m ²
Vestiário Masculino	Serviços básicos de higiene	Usuários de drogas	29,95 m ²
Dormitório Familiar	Dormitório individual para família	Usuários de drogas	71,40 m ²

PROFISSIONALIZANTE – TÉRREO – 145m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
Salas de Aula	Aula	Equipe técnica, pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	44,70 m ²
Banheiros	Higiene	Uso Geral	29,95 m ²
Coordenação/ Sala dos professores	Espaço de controle pedagógico	Equipe técnica, professores	20,00 m ²

PROFISSIONALIZANTE – 1º PAVIMENTO – 360m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
Salas de Aula	Aula	Equipe técnica, pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	44,70 m ²
Salas Multiuso	Atividade diversas de capacitação	Equipe técnica, pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	72,12 m ²
Apoio a Horta	Espaço para guardas ferramentas para a horta	Equipe técnica, pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	29,45 m ²
Horta	Espaço para plantio	Uso Geral	30,00 m ²
Banheiros	Higiene	Uso Geral	29,95 m ²
Biblioteca	Espaço para convívio social e cultural	Equipe técnica, pessoas em situação de rua e usuários.	

DORMITÓRIO MORADORES DE RUA – TÉRREO – 279, 80m²

Ambiente	Descrição	Usuários	Área
HALL		Uso geral	
Recepção	Espaço para recepcionar e encaminhar ao setor	Uso geral	3 m ²
Bwc Funcionários	Higiene	Equipe Técnica	3,10 m ²
Dormitório Feminino	Espaço administrativo da equipe que realiza abordagem externa a pessoas em situação de rua.	Pessoas em situação de rua	42,18 m ²
Dormitório Masculino	Espaço para acompanhamento atendimento psicológico, para pessoas em situação de rua e usuários de drogas.	Pessoas em situação de rua	52,65 m ²
Vestiário Feminino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua	30,10 m ²
Vestiário Masculino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua	30,10 m ²
Dormitório Familiar	Dormitório individual para família	Pessoas em situação de rua	42,60 m ²

DORMITÓRIO MORADORES DE RUA – 1º PAVIMENTO – 279, 80m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
HALL		Uso geral	13,60 m ²
Recepção	Espaço para recepcionar e encaminhar ao setor	Uso geral	3 m ²
Bwc Funcionários	Higiene	Equipe Técnica	3,10 m ²
Dormitório Feminino	Espaço administrativo da equipe que realiza abordagem externa a pessoas em situação de rua	Pessoas em situação de rua	42,18 m ²
Dormitório Masculino	Pessoas em situação de rua	52,65 m ²	
Vestiário Feminino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua	30,10 m ²
Vestiário Masculino	Serviços básicos de higiene	Pessoas em situação de rua	30,10 m ²
Dormitório Familiar	Dormitório individual para família	Pessoas em situação de rua	42,60 m ²

PAVILHÃO DE USO COMUM – TÉRREO – 175,85m²

Ambiente	Descrição	Usuários	ÁREA TOTAL
Cozinha	Preparo de alimentos	Uso geral	22 m ²
Lavanderia	Espaço para lavar e secar roupa	Uso geral	3,15 m ²
Banheiro	Higiene	Uso geral	9,50 m ²
Refeitório	Espaço administrativo da equipe que realiza abordagem externa a pessoas em situação de rua	Pessoas em situação de rua	14 m ²

8.4 PÁTIO INTERNO

Será um local de permanência e conexão, de uso comum entre todos.

8.5 ASSISTÊNCIA

O setor de assistência, prestará serviços de acolhimento inicial e direcionará os usuários aos demais setores. Constituídos por serviços emergenciais, acompanhamentos individualizados e em grupo (psicólogo, terapeuta, assistência médica), atendimento a família e a administração de todo o Centro.

8.6 REFEITÓRIO

O Refeitório foi posicionado entre os blocos dos dormitórios para moradores de rua e o de usuários de drogas e faz relação direta com o pátio interno, desta

forma parte das mesas podem ficar para o lado de fora. Podendo ser utilizado também quando houver algum evento no pátio interno. Junto ao refeitório está localizado também a lavanderia.

8.7 PAVILHÃO MULTIUSO

O objetivo principal é acolher pessoas, que por conta dos desastres naturais perderam suas residências. Tendo em vista que não seja algo frequente, o espaço recebe outros usos, como reuniões incentivadoras, artesanato e atividades econômicas realizadas pelos abrigados nas oficinas de profissionalização.

8.8 PROFISSIONALIZAÇÃO

/EDUCACIONAL

O espaço destinada a profissionalização é composta por salas

que abrigam maquinas e artefatos para o manuseio e aprendizagem das mesas. Terá uma sala de apoio para a horta, que promoverá alimento e trabalho para os que residem no Centro. Dispões também de salas de aula para crianças e adultos abrigados e as salas de escritório será usado para receber empresário e realização de reuniões com o propósito de promover a ponte com empresas interessadas em empregar os que ali se profissionalizam.

8.9 DORMITÓRIO MORADORES DE RUA/ USUÁRIOS DE DROGAS

Fornecerá dormitórios para homens, mulheres e famílias, por seis meses, podendo ser prolongado por mais tempo de acordo com a necessidade de cada

caso.

Os dormitórios são coletivos dividido por sexo, exceto o de família que são acolhidos em quartos reparados. Para obter maior privacidade, foi criado divisórias em alvenaria com altura que impossibilita a visão dos que estão ao lado.

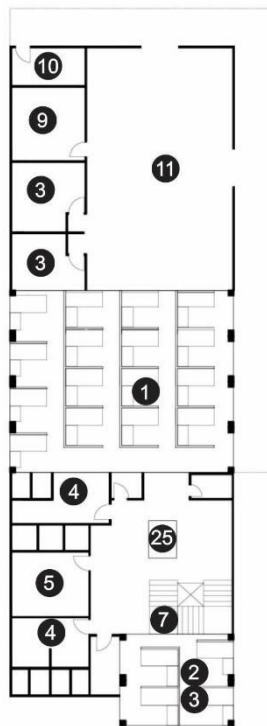
A diferença entre a quantidade de leitos masculino e femininos, é baseado de acordo com resultados obtidos das pesquisas, como citado no capítulo 2.4, onde diz que o número de homens em situação de rua é superior.

Os dormitórios estão distribuídos em dois pavimentos, onde no pavimento térreo abriga as pessoas que estão chegando ao Centro de acolhimento, já no pavimento superior são os que já estão

passando pelo processo de recuperação.

Como citado nas diretrizes, a divisão dos quartos ocorre para melhor desenvolvimento do processo de recuperação das pessoas em situação de rua.

PLANTA BAIXA



Dormitório usuário de drogas- Pavimento térreo

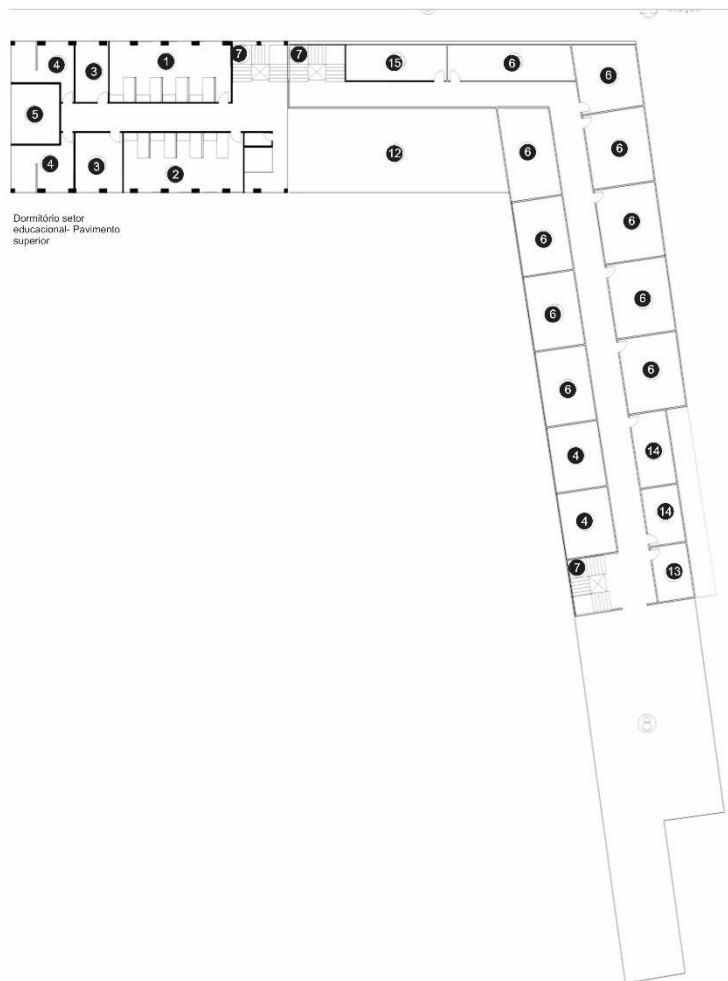


Dormitório usuário de drogas- Pavimento superior



Setor assistência-
Pavimento térreo

Figura 26 - Planta baixa



- ① Dormitório Masculino
- ② Dormitório Feminino
- ③ Dormitório de Família
- ④
- ⑤ Sala de Estar
- ⑥ Sala Aula
- ⑦ Escada
- ⑧ Horta
- ⑨ Cozinha Banheiro/Vestiário
- ⑩ Lavanderia

- ⑪ Refeitório
- ⑫ Terraço
- ⑬ Sala de Apoio a Horta
- ⑭ Escritório
- ⑮ Sala de Informática
- ⑯ Biblioteca
- ⑰ Administração
- ⑱ Enfermaria / Pediatria
- ⑲ Sala de Psicólogo
- ⑳ Sala de Terapeuta
- ㉑ Pavilhão Multiuso
- ㉒ Sala de Apoio Pavilhão Multiuso
- ㉓ Atendimento a família
- ㉔ Doações
- ㉕ Recepção

VOLUMETRIA





REFERÊNCIAS

CARBONARI Luana Toralles .
Reutilização de contêineres iso na arquitetura: aspectos projetuais, construtivos e normativos do desempenho térmico em edificações no sul do brasil. 2015 ed. Florianópolis: Dissertação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

OGG HELENA D'ÁVILA. **Centro de assistência à população em situação de rua.** 2014 ed. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do

Paraná., 2014.

MDS, Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate à Fome..
Orientações técnicas: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua. 3 ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

MDS, Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate à Fome.; INFORMAÇÃO, Secretaria De Avaliação E Gestão Da; OPINIÃO., Meta Instituto De Pesquisa De.
Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. 2008

ed. Brasília, DF: [s.n.], 2008.

NOTÍCIAS DO DIA. **Cresce o número de moradores de rua em Florianópolis.** Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

QUINTÃO, PAULA ROCHLITZ. **Morar na rua: há projeto possível?**. 2012 ed. São Paulo, SP: Dissertação Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVEIRA, LUIZA HELENA DA. **Uma análise acerca dos serviços oferecidos pela secretaria de assistência social do município de São José, destinados aos**

moradores em situação de rua. 2014 ed. Florianópolis, SC: Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

ÚLTIMO SEGUNDO SÃO PAULO. **3 em cada 4 moradores de rua usam álcool ou drogas.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/3-em-cada-4-moradores-de-rua-usam-alcool-ou-drogas/n1237648458532.html>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

ÚLTIMO SEGUNDO SÃO PAULO. **3 em cada 4 moradores de rua usam álcool ou drogas.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/3-em-cada-4-moradores-de-rua-usam-alcool-ou-drogas/n1237648458532>>.

html>. Acesso em: 08 mai. 2017.

KOSKI, Gabriela A. A adaptação do contêiner na arquitetura residencial: o estudo de tipologia flexível e modulares. [Monografia]Espírito Santo:

UniversidadeVila Velha, 2014.

KOTNIK, Jure. Container Architecture. Editora:Links Brooks. Barcelona, 2008